

mercado



1 Jovens yanomamis carregam mantimentos para o trabalho na extração de piaçaba na comunidade Nova Jerusalém, região do rio Padauri 2 Yanomamis caminham ao lado de toros de piaçaba estocados na comunidade Taperá 3 Porto da cidade de Barcelos, na região do médio rio Negro 4 Fachada da Coopiaçamarin, em Barcelos (AM) Fotos Lalo de Almeida - 26.abr.23 / Folhapress

Grupos se organizam para explorar piaçaba extraída por yanomamis

Cooperativa liderada por patrão passa a atuar na intermediação do produto e envia embarcação com mantimentos sem autorização da Funai; organizações dizem representar indígenas

Vinicius Sassine e Lalo de Almeida

BARCELOS (AM) Diante do vazio de representatividade dos yanomamis na região do médio rio Negro e do desmonte da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) nos últimos cinco anos, organizações passaram a se movimentar para atuar em nome dos indígenas e acessar a piaçaba extraída dentro e fora do território demarcado no lado do Amazonas.

Esses grupos surgiram, se fortaleceram ou passaram a agir a partir de 2021, diante do esvaziamento da presença da Funai em Barcelos (AM), a cidade mais próxima das comunidades que giram em torno

de piaçabas, nos afluentes do rio Negro. Barcelos também é o destino de centenas de yanomamis que, todos os meses, buscam a cidade para acesso a benefícios como o Bolsa Família. Uma cooperativa liderada por um patrão, e que diz representar os trabalhadores da extração da piaçaba, inclusive yanomamis, enviou barcos com mantimentos para os rios Padauri e Aracá, afluentes do rio Negro, até as proximidades da terra yanomami, com objetivo de intermediação na compra da piaçaba.

A informação sobre o envio das embarcações é do próprio presidente da Coopiaçamarin (Cooperativa de Piaçabeiros do Alto e Médio Rio Negro), Seder Katz Nara, um patrão que atuou diretamente no sistema de aviação - patrões fornecem mantimentos e combustível a indígenas e não indígenas que extraem a piaçaba, e o pagamento é feito em fibras, gerando endividamento.

Katz disse à Folha que já não negocia diretamente com os yanomamis. Segundo ele, essa intermediação é feita agora pela cooperativa.

A reportagem, na sede da cooperativa em Barcelos, o presidente da organização afirmou ter comunicado a Funai sobre o envio de cantinas, com mantimentos e combustível, para a região dos rios Padauri e Aracá.

O técnico indigenista José Ribamar Caldas Filho, que atua como coordenador subs-

Continua na pág. A17



2



3

Os atores em torno dos yanomamis no Amazonas



Coopiçamarin
(Cooperativa de Piaçabeiros do Alto e Médio Rio Negro)
É uma cooperativa encaixada por patrões da piaçaba. Diz ter yanomamis entre cooperados. O presidente negocia a fibra diretamente com os indígenas. E leva mercadorias à região por meio da cooperativa, sem aval da Funai



Associação Xoromawe Indígena
Surgiu em 2021, sem ligação com a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), e diz representar os yanomamis. Tem indígenas e não indígenas na associação. É financiada pela Conafer



Conafer (Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais)
Fez parceria com a Coopiçamarin para exploração de piaçaba. Está em constante contato com grupos de indígenas yanomamis em Barcelos e nas comunidades



Missão Novas Tribos
Missionários se instalam em comunidades yanomamis e também atuam com grupos de indígenas que se deslocam a Barcelos. Uma casa de missionários fica ao lado da casa usada pelos indígenas na cidade

Série especial em três capítulos mostra a exploração de yanomamis na extração da piaçaba, fibra amazônica utilizada na fabricação de vassouras



Continuação da pág. A16

instituto da unidade da Funai em Barcelos, disse que não houve comunicado ao órgão dessa atuação da cooperativa, nem autorização para isso.

Tanto a Coopiçamarin quanto a Conafer (Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais) foram avisadas sobre a necessidade de a Funai autorizar essa intermediação das organizações no negócio de extração da piaçaba, segundo o técnico do órgão do governo federal.

A Funai já atuou na negociação da piaçaba extraída por yanomamis e outros indígenas, inclusive com fornecimento de mantimentos, uma forma de evitar a atuação de atravessadores. Em documentos, há referência a ações do tipo até 2011.

Coopiçamarin e Conafer firmaram uma parceria para atuação no negócio da piaçaba, conforme divulgado na página da confederação na internet em dezembro de 2022.

A Conafer passou a se fazer mais presente em Barcelos, com atuação direta junto aos yanomamis. A entidade, inclusive, financiou a constituição da Associação Xoromawe Indígena, que diz representar yanomamis de dez aldeias nos rios Padauri, Aracá e Preto. A Xoromawe tem indígenas e não indígenas no comando.

O presidente é Geraldo Yanomami, 51. "A associação é financiada pela Conafer, e tem parceria com 'Seda', afirmou Geraldo. 'Seda' é como Seder Katz, da Coopiçamarin, é conhecido na região.

"Nas aldeias que representamos, há exploração de piaçaba. 'Seda' está levando cantinas para dentro das aldeias, com mercadorias. Já colocou uma no Aracá, uma no Padauri e vai colocar uma no rio Preto no mês que vem", disse o presidente da Associação Xoromawe. "A cooperativa dele está comprando a piaçaba e fornecendo os alimentos. Ele paga R\$ 3,50 no quilo da piaçaba limpa."

Geraldo afirmou ainda que a associação vai assumir o processo de venda da piaçaba e o repasse dos recursos aos tuxauas (caciques) das aldeias. "Muitas vezes, os parentes são roubados [por patrões da piaçaba]. Os parentes ficam cheios de contas e não levam nada. E os fluxos [em comunidades vizinhas] está aumentando porque aumentaram as necessidades nas aldeias."

A fibra extraída tem destinos diversos. Vai para fabricação de vassouras em Manaus, em cidades do interior do Amazonas, Pará, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e até mesmo para Portugal, conforme patrões responsáveis pela compra e venda da piaçaba.

Segundo Katz, os yanomamis representam 30% dos associados à cooperativa—seri-

am, portanto, cerca de 80 indígenas. Ele admite a existência de endividamento de indígenas no sistema de avião para a extração da fibra.

O presidente da Coopiçamarin disse que o modelo que quer executar envolverá a entrega da produção da piaçaba para a cooperativa; o fornecimento de mantimentos pela organização; o cálculo de saldos dessa troca, com fiscalização da Associação Xoromawe; e o pagamento das diferenças na conta da associação.

"Isso é cultural, os yanomamis vivem da pesca e do extrativismo", afirmou Katz.

A cooperativa ainda não deu um destino a 28 máquinas de vassoura recebidas do governo do Amazonas, que custeou 80% do valor do maquinário. Katz já produziu vassouras com dez equipamentos. Segundo ele, foi apenas um "teste".

Coordenador da Conafer em Barcelos e secretário da Associação Xoromawe, Rui Macedo de Moraes disse que a Funai "participa e avalia" o envio de embarcações com mantimentos para os afluentes do rio Negro. "Nós da Xoromawe ainda não pagamos 1 kg da piaçaba dos yanomamis."

De acordo com Moraes, a Conafer apoia segmentos distintos, inclusive quilombolas e indígenas. "Existe apoio a mais de 200 povos indígenas." No bairro Mariuá, na periferia de Barcelos, dezenas de yanomamis do rio Demini estendem suas redes num imóvel usado como ponto de apoio na cidade, na margem do rio Negro.

Os indígenas vão ao município para o saque de benefícios, e para a compra de produtos como farinha, anzol, lanterna e gasolina. São cinco dias rios abaixo. Depois, sete dias rios acima.

No Demini, não há exploração de piaçaba, segundo os yanomamis com quem a reportagem conversou em Barcelos. Eles extraem cipó, cada vez menos usado em móveis.

Segundo Ezequiel Yanomami, 55, que se organizava para fazer o caminho de volta, representantes da Conafer já estiveram em aldeias no Padauri, e farão o mesmo no Demini.

Outra presença constante na terra indígena é a de missionários evangélicos da Missão Novas Tribos. Na cidade, missionários ocupam uma casa ao lado do imóvel usado pelos yanomamis. O missionário que estava na casa não quis falar com a reportagem.

A presidente da Asiba (Associação Indígena de Barcelos), Rosilene Menez, diz que a entidade luta por políticas públicas para os indígenas piaçabeiros. "A maioria dos parentes não tem documentação."

A reportagem contou com apoio do Amazon Rainforest Journalism Fund, em parceria com Pulitzer Center

Repasse de 5% para Embratur entra na mira do Sistema S

Sesc e Senac dizem que ações podem parar; agência de promoção do turismo fala em sobra orçamentária

Thiago Bethônico

SÃO PAULO Uma nova regra que prevê destinar 5% dos recursos arrecadados por Sesc e Senac para a Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo) entrou na mira do Sistema S.

Federações e confederações empresariais atuam para impedir a aprovação da proposta no Congresso, argumentando que a transferência de verba compromete a manutenção de programas de educação e treinamento em todo o país.

A regra consta da medida provisória do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), que trata de benefícios para companhias aéreas e empresas ligadas ao entretenimento. O texto foi aprovado no fim de abril pela Câmara e aguarda apreciação do Senado.

Durante a análise na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) inseriu dois artigos estabelecendo a transferência para a Embratur de 5% dos recursos que hoje vão para o Sesc (Serviço Social do Comércio) e Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

De acordo com as entidades, que são administradas pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), a medida pode acabar com unidades em mais de 100 cidades, provocando o fechamento de 31 mil vagas gratuitas de ensino profissional e 7700 da educação básica.

No caso do Sesc, o cálculo é que R\$ 121 milhões deixariam de ser investidos em atendimentos gratuitos.

Já o Senac diz que a transferência de recursos seria responsável por encerramento de 29 centros de formação profissional no país, com corte de R\$ 140 milhões em atendimentos.

Somados, o orçamento das duas entidades fica em torno de R\$ 8 bilhões por ano, dinheiro que vem do recolhimento compulsório de 1,5% sobre a folha de pagamento das empresas do setor de bens, serviços e turismo.

Nas últimas semanas, Sesc e Senac começaram uma mobilização para barrar a medida, com abaixo-assinado, envios de SMS e vídeos com participação de artistas. Até a publicação deste texto, a petição online havia recebido mais de 460 mil assinaturas.

Representantes de confederações que gerenciam entidades do Sistema S também enviaram uma carta aos senadores pedindo a retirada do dispositivo da MP.

"É imperioso ressaltar que a inserção dos mencionados artigos no texto atual da proposição prejudicará milhões de atendimentos oferecidos à população nas áreas de saúde, educação, assistência, cultura, lazer e profissionalização", dizem.

A carta tem assinaturas de representantes da CNC, CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), CNI (Confederação Nacional da Indústria), CNT (Confederação Nacional do Transporte) e CNCOOP (Confederação Nacional das Cooperativas).

José Roberto Tadros, presidente da CNC, diz que a proposta é uma "excreção jurídica, social, econômica e política".

Segundo ele, o Sistema S é privado, e os valores destinados ao Sesc e ao Senac não são recursos públicos. Haveria, na visão da confederação, entendimento no STF (Supremo Tribunal Federal) de que os valores direcionados às entidades devem ser utilizados exclusivamente para este fim.

Marcelo Freixo, presidente da Embratur, discorda. "O dinheiro do Sistema S é um dinheiro público, oriundo de impostos que tem efeito no preço dos produtos", diz. A Embratur, cuja missão é promover o Brasil no mundo para atrair mais turistas, também se opõe ao argumento de que a medida vai prejudicar as atividades do Sesc e Senac.

De acordo Freixo, o orçamento de ambas instituições tem uma sobra de R\$ 2 bilhões por ano. Considerando que o total arrecadado gira em torno de R\$ 8 bilhões, os 5% destinados à Embratur representariam cerca de R\$ 400 milhões.

"É um quarto do que sobra do Sesc e Senac", afirma. "Quando dizem que vão ter de parar as atividades, isso não corresponde aos números que estão no próprio Portal da Transparência deles", acrescenta.

Freixo diz que, internamente, o recibo do Sistema S não é com os impactos desta medida em si, mas que ela abre precedentes para novos pedidos cobçando o caixa das instituições.

De acordo com Freixo, só no primeiro trimestre de 2023, turistas deixaram R\$ 8 bilhões na economia local. "Esses R\$ 8 bilhões foram para restaurantes, hotéis, comércio e foram para o Sesc e Senac, para a CNC. Ou seja, eles arrecadam com isso. Então, na verdade, os 5% deveriam ser entendidos como um investimento", diz.

Segundo ele, a proposta nasceu de um estudo encomendado à FGV (Fundação Getúlio Vargas) para encontrar fontes de financiamento.

Isso porque, em 2019, a Embratur deixou de ser uma autarquia federal e foi retirada do Orçamento da União. Por medida provisória, o governo do então presidente Jair Bolsonaro mudou a natureza jurídica da agência, mas sem fonte de financiamento definida.

Segundo Freixo, a ideia inicial era destinar 15% da arrecadação do Sebrae, mas o dispositivo foi retirado do texto. Caso os artigos na MP do Perse não sejam aprovados, a agência diz que não terá nenhum orçamento para investir na atração de turistas estrangeiros e precisará parar totalmente suas ações de promoção.

"Temos uma empresa de promoção de todo o turismo brasileiro sem nenhuma fonte de financiamento", diz Freixo. "Não queremos mais dinheiro, queremos uma fonte [de receita] para ter uma promoção [do turismo], porque hoje não tem."

Tadros afirma que a Embratur não cumpriu seus objetivos e ainda não mostrou a que veio. "O que ela fez? Recebe 5 milhões de turistas por ano? O Uruguai que é um microcosmo de país recebe 8 milhões", diz.

"No dia que foi criado o Ministério do Turismo, não havia necessidade de haver Embratur. Se existe, que o governo do Ministério do Turismo de recursos e a pasta aloque esses recursos na agência", acrescenta.

Quê é o Sistema S?

Conjunto de entidades gerenciadas por federações e confederações empresariais, segmentadas por setor econômico. São classificadas como privadas e não têm vínculo administrativo com o governo. Oferecem serviços de ensino, treinamento, pesquisa e lazer.

De onde vem o dinheiro?

Da contribuição compulsória das empresas, que é recolhida da folha de pagamento dos trabalhadores. As alíquotas de cobrança variam a depender do setor.

Como o dinheiro é repartido?

As contribuições são recolhidas pela Receita Federal, que repassa para as entidades.

Entidades que integram o sistema

Sesi
Senai
Senac
Sesc
Senar
Sescoop
Senat
Sest
Sebrae